

Narrativas “Psis” acerca das transexualidades e travestilidades pela perspectiva da teoria queer.

Eduarda Pompeu Do Nascimento¹

Izaque Machado Ribeiro²

¹Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santiago. Pesquisa sobre Transexualidade e a formação em Psicologia. psic.eduarda@gmail.com.

²Professor do curso de Psicologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, campus Santiago. Pesquisa sobre gênero, sexualidade e narrativas trans na educação. izaquemachadoribeiro@gmail.com.

Resumo: Pretende-se neste artigo analisar pelo viés da Teoria *Queer* as narrativas de profissionais da psicologia acerca das transexualidades e das travestilidade e a relação dessas narrativas com a formação no ensino superior. Partiu-se da hipótese de que algumas subjetividades, como no caso de pessoas transexuais não são acolhidas pelos profissionais da Psicologia, sendo resultado de lacunas nas suas graduações de ensino superior. Esse artigo faz parte do projeto de pesquisa Narrativas “Psi” acerca de Travestilidades, Transexualidades e a Formação em Psicologia financiado pela URI-Santiago, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e utiliza a metodologia da pesquisa narrativa, priorizando a experiência dos/as participantes. Através das análises concluímos que as formações em psicologia estão deixando lacunas no conhecimento a respeito das diversidades de gênero e sexualidade, essas narrativas servem também como ferramentas para produção de novos espaços que contemplem as formações em psicologia para acolherem as formas de manifestações das subjetividades trans.

Palavras-chaves: Transexualidade e travestilidades; Formação em Psicologia; Teoria Queer.

Narratives “psyc” about transsexualities and tranvestite from the perspective of queer theory

Abstract: It is intended in this article to analyze by the bias of the Queer theory the narratives of psychology professionals about transsexualities and Transvestite and the relationship of these narratives with the formation in higher education. It came from the hypothesis that some subjectivities, as in the case of transgender people are not welcomed by the professionals of psychology, being the result of gaps in their higher education degrees. This article is part of the narrative research project “psyc” about Transvestite, transsexualities and the formation in psychology financed by URI- Santiago, the research is characterized as qualitative and uses the methodology of the narrative research , prioritizing the experience of the participants. Through the analysis we conclude that the formations in psychology are leaving gaps in the knowledge about the diversity of gender and sexuality, these narratives also serve as tools for the production of new spaces that contemplate the formations In psychology to accommodate the various forms of manifestations of trans subjectivities.

Keywords: Transsexuality and Transvestite; Higher education in psychology; Queer theory.

Introdução

Nesse contexto de intensos acontecimentos e de recentes transformações no campo da diversidade sexual e de gênero é que se insere esta pesquisa. E como inspiração, o questionamento da professora Silvia Lane, uma das precursoras da Psicologia Social Crítica no Brasil, que perguntava aos seus orientandos de pesquisa “Qual realidade quero contribuir para mudar?”³, dessa forma este trabalho não terá sentido se não estiver conectado com a realidade e operando como uma ferramenta teórico-prática para a mudança. Então, se trata aqui de um olhar da Psicologia em movimento atenta para as nuances múltiplas da vida real. Este trabalho consiste em apresentar dados que estão sendo produzidos por uma pesquisa ainda em andamento, que se chama “Narrativas psis acerca de travestilidades, transexualidades e a formação em Psicologia”.

Para direcionar as reflexões deste trabalho utiliza-se a lente da Teoria *Queer*. Uma das propostas desta perspectiva é desestabilizar certas verdades confortáveis que acabam excluindo algumas configurações de gênero e sexualidade, ou seja, essas verdades são discursos e práticas que determinam ou não possibilidades de viver. A Teoria *Queer* surge aproximadamente nos anos 80, com Judith Butler como uma das suas precursoras, o termo *queer* era usado como um insulto para aquelas pessoas que não se enquadravam nas normas de gênero, e não há tradução literal, mas pode ser comparado com o termo “bicha”.

Como questão principal a pesquisa ocupa-se em questionar-se em que medida as narrativas dos profissionais da Psicologia acerca de transexuais e travestis relacionam-se com a sua trajetória de formação no ensino superior? E como questão secundária, indaga-se quais as formas de compreensão acerca das subjetividades transexuais e travestis estão sendo produzidas nas graduações em Psicologia e como estas compreensões estão refletindo nas práticas destes profissionais. Partiu-se da hipótese de que algumas singularidades, como no caso de pessoas trans* , não estão sendo acolhidas devidamente por profissionais da Psicologia e essa falha pode ser resultado de lacunas na formação que é desatenta às múltiplas configurações subjetivas que atravessam as questões de gênero e sexualidade e toda a sua diversidade. Refletiu-se também, sobre as formas em que as graduações de Psicólogos/as podem contribuir para a maior ou menor atenção e cuidados para com as singularidades de pessoas trans*.

O termo trans* pode estar expressando diversas identidades, como transgêneros ou transexuais, para evitar classificações e possíveis formas de exclusão, o asterisco no final da palavra trans* a transforma como um termo guarda-chuva, pois engloba todas as formas de identidade sem classificações específicas, incluindo também pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema binário de gênero (ideia normativa de feminino e masculino). Sendo um termo mais fluido e menos estigmatizado, possibilitando dessa forma com que cada um (a) identifique-se como quiser.

A pesquisa está sendo realizada com os/as Psicólogos/as da região do Vale do Jaguari, Rio Grande Do Sul, composta pelos municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda, e os contatos desses profissionais foram obtidos através do site do

Conselho Federal de Psicologia. As narrativas foram colhidas através de um formulário online, onde os participantes dissertavam acerca das questões referentes ao tema da pesquisa, financiada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus Santiago (RS).

Para além das graduações em Psicologia, a análise dessas narrativas serve como um dispositivo teórico-prático para pensar numa esfera geral como as formações de ensino superior estão contribuindo para a compreensão das singularidades trans*, ou estão apenas profissionais míopes às diversas formas de ser e existir no mundo.

3 In: BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.: FURTADO, O. Silvia Lane e o Projeto

do “Compromisso Social da Psicologia”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018 Psic. E Soc. N° Esp. 2, (2007).

Travestilidades e transexualidades: desmontando e recompondo identidades

A sociedade é compulsivamente heterossexual e percebe essa orientação sexual como algo natural e imutável. O gênero é tido como binário, pois antes mesmo do nascimento, quando os bebês são nomeadxs como meninas ou meninos de acordo com a genital, vai resultando num processo que concebe o sexo como “dado”. Usamos o “X” no lugar da vogal que designa o gênero, para abranger ambos os gêneros para além dos binarismos homem-mulher, sem determinar um sujeito universal masculino, como usualmente é utilizado no âmbito da linguagem num processo de reprodução sexista. Entendemos que essa alteração é importante para dar um lugar na linguagem a pessoas que estão à margem desses binarismos de gênero.

Essa declaração “É um menino!” faz com que seja instalada uma determinação sobre esse corpo, onde as suas histórias já estão traçadas por um caminho linear (Louro 2004). Esses corpos terão que obedecer às normas que regulam as culturas, no caso de uma menina vai se relacionar com pessoas do sexo oposto, esperam-se alguns

atributos, como ser delicada, e seu objetivo de vida deverá ser a maternidade. Cria-se sobre esse corpo uma carga simbólica que sustenta o gênero em torno de um corpo performático (Sanches 2010), os corpos ganham significado com o campo social, são históricos, ou o que se sabe/nomeia sobre eles, isso envolve rituais, representações...; que acontecem através de processos plurais e culturais (Louro 2000) .

Esse ritual de reprodução de normas produz uma falsa estabilidade heterossexual que para Judith Butler não é natural, cria-se com isso corpos cisgêneros e desejos heterossexuais, tudo se dá em um processo de construção, de produção, de tornar a ser, o que a autora chama de performatividade. Os gêneros então são performativos, pois são o resultado de um processo que regula as suas diferenças (Butler 2002), esse processo regula o que se pode ou não. Produzindo-se assim os corpos através dos discursos, "não nascem homens ou mulheres, mas tornam-se", através dos atos reiterativos que formam os gêneros (Sanches 2010). Butler ainda diz que a performatividade não é um ato singular, ela é perpassada por um conjunto de normas e regras. Os sujeitos vão se formando pelo resultado dessa repetição, e que para Colling é "muitas vezes de fora ritualizada".

Essa forma de produzir os corpos e gerir as vidas baseia-se, em uma forma de controle sobre as formas de vida que escapam da norma, além disso, para Miskolci (2012) "o corpo, o desejo e a sexualidade,...; se expressam em relações de poderes", instaura-se sob os corpos um biopoder, operando de forma sutil desde o nascimento e presente em todas as instâncias e ações num processo de gerir a vida através da ideia de bem-estar e saúde (Silva 2015). O biopoder atua de duas formas, sobre os indivíduos, controlando seus corpos e aprisionando a sexualidade a uma ilusão de privado. E numa instancia coletiva através de uma biopolítica, colocando a sexualidade como pública e política enquadrada num pensamento imutável dominante sobre sexo, ou seja, o sexo é reservado a casais monogâmicos e heterossexuais. .

Antes de seguir as reflexões, faz-se necessário uma explicita e importante distinção entre gênero e sexo. Em termos biológicos, o sexo aparentemente apresenta-se como imutável e como algo "estável", mas em relação ao gênero pode-se pensar que é construído culturalmente (Butler 2012). Dessa forma é preciso abandonar qualquer ideia de sujeitos lineares (Louro 2004), pois são construções e desconstruções que xs vão (trans) formando. O que se conhece hoje sobre o que os corpos podem e são em

relação à sexualidade, passa por ensinamentos que são produzidos pela cultura, assim como a forma que os desejos devem atuar, nesse teatro da vida cotidiana exclui muitas vezes formas de expressão, como as singularidades trans*.

Outras distinções importantes são dos conceitos de “cisgênero ou cissexual” e “trangênero ou transexual”, para Jesus (2012 p.14) o conceito de cisgênero “abrange pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. Já o conceito trangênero “abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (2012 p.14).

Para Benedetti (2005, apud Guaranha, 2014) travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. A transexualidade não está relacionada apenas ao fato de algumas pessoas desejarem realizar a cirurgia de redesignação de sexo (Guaranha 2014), é também um processo de transformação e de experimentações, são subjetividades em trânsitos. Longe de estigmatizar e normatizar essas subjetividades ressalta-se a diversidade do universo trans, pois é importante que pessoas trans* sejam as protagonistas para nomear suas existências. O termo “universo trans” é utilizado em conformidade com Benedetti (2005) com a função de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às transformações do gênero. Nesse sentido, essa denominação é abrangente a todas as variáveis do gênero (travesti, transexual, transgênero, gênero não-binário, entre outras).

Romper com a lógica binária dos sexos é propor o estranhamento, é preciso primeiramente se desenraizar para mostrar o “estranho”. Uma pessoa que se identifica como trans* já é umx estrangeirx em seu corpo quando não se identifica com aquele sexo que lhe foi designado ao seu nascimento. Passa a ser vistx como aquelx viajante que “interrompe a comodidade, abala a segurança, sugere o desconhecido, aponta para o estranho, o estrangeiro” (Louro 2004, p.24), nessa viagem “não há lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dá ao longo do trajeto” (2004, p. 13). A transexualidade é então, esse processo de transformação e formação de novas formas de viver, como uma viagem que “transforma

o corpo, o caráter, a identidade, o modo de ser e de estar...” (2004, p,15). Dessa forma, está pesquisa contribui para a quebra de paradigmas entre os profissionais da psicologia, propondo um novo olhar para essas subjetividades em transito.

Teoria *queer*: nos lançamos ao proibido⁴

Nessas inconstâncias que o viver apresenta, de movimentos, encontros e desencontros surgem às manifestações que rompem as fronteiras da suposta normalidade, como o caso da transexualidade, e entram num novo território estranho e/ou criam novas formas para existir. As manifestações desse *queerness* (território estranho) se apresentam como uma forma de desfazer essas imagens que já são ~~coladas desde o~~ nascimento nos indivíduos, como uma “recusa da coerência da identidade, da completude do desejo, da clareza do discurso ou da sedução do reconhecimento” (HALBERSTAM 2012, p. 125). Para pensar esses movimentos contra a regra a teoria *queer* serve como ferramenta, mais especificamente como uma lente para melhor perceber e experimentar a realidade múltipla e instável burlando as normas culturas prontas de gênero para ir além.

A teoria *queer* é uma ferramenta que segundo Colling, “pretende mais provocar o estranhamento nas próprias formas de pensar, inclusive as acadêmicas”. Para pensar a transexualidade propõe-se entrar nesse *queerness* para desprender-se dos padrões que nos vão sendo ensinados a seguir. Essa teoria abrange essas pessoas que se descolaram de seus lugares predestinados e se arriscam a refazer os seus papéis, ou seja, “ser e conhecer fora dos modelos convencionais” (HALBERSTAM 2012, p. 125).

Com a proposta de desnaturalizar verdades tidas como absolutas, questionando as vias únicas e lineares de entendimento, como por exemplo, a visão médico-biológica da sexualidade, e compreendendo-a como fluída e como um suporte para pensar outras formas de vida. A teoria *queer*, para Louro (2004) tem como “objeto” de estudo aqueles sujeitos que são tidos como abjetos, em oposição àqueles corpos que materializam a norma, questionando justamente essas normas regulatórias tanto de gênero quanto das variadas dimensões da sexualidade.

Essa perspectiva não propõe conceitos prontos e fechados, mas para Colling, é uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. Essas normas

são construídas através do que Foucault chama de “discurso de réplica”, a noção teórico-prática *queer* é um convite a des-pensar o sexo e o gênero, e perceber as diversas formas de fazer-ser mulher e/ou homem, Preocupando-se em pôr em evidências as práticas excludentes de rechaço e marginalização, ao mesmo tempo em que se implica a refletir sobre suas próprias práticas para não cair em determinismos ou pensamentos monistas.

A teoria *queer* serve como um dispositivo analítico para refletir as narrativas acerca das travestilidades e transexualidades produzidas a partir dessa pesquisa, pois é uma lente que atravessa as formas de olhar produzindo o estranhamento, escancarando as diversas formas de viver que muitas vezes ficam excluídas e mascaradas nas entrelinhas.

Aspectos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, e utiliza a metodologia da pesquisa narrativa. A pesquisa narrativa se coloca como alternativa às "narrativas dominantes" nas ciências sociais e humanas, as quais supõem um sujeito da razão, centrado, que primordialmente toma como isolados sujeito e objeto de pesquisa. No campo da Educação, a abordagem narrativa, inspirada nos estudos de John Dewey prioriza a “experiência”. "Educação, experiência e vida estão inextricavelmente inter-relacionados [...]. O estudo em educação é o estudo da vida (Clandinin & Connelly 2011, p.24). Sendo assim, a pesquisa narrativa se coloca como abordagem que acolhe e escuta de modo singular e colaborativo as histórias de profissionais da psicologia acerca de seu contato com o universo trans. As narrativas “psis” estão relacionadas aos processos formativos destes profissionais e, neste sentido, eventuais lacunas ou avanços podem ser detectados. A pesquisa narrativa, também é uma forma de intervenção pois a partir do momento em que se narra um fato, pensa-se sobre questões que de alguma forma o atravessaram. O suporte analítico para esta pesquisa se dá pela Teoria Queer e seu olhar voltado para a desconstrução de processos ligados à gênero e sexualidade.

Como já foi citado, o recorte de participantes foi xs Psicólogxs que atuam na região do Vale do Jaguari, Rio Grande Do Sul, composta pelos municípios: Cacequi,

Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda, e os contatos desses profissionais foram obtidos através do site do Conselho Federal de Psicologia. As narrativas foram colhidas para nutrir a pesquisa através de um formulário online, em que cada participante dissertava acerca das questões referentes ao tema da pesquisa. Os contatos com os profissionais para disponibilizar o formulário foi realizado via facebook e email, conforme as narrativas eram construídas as análises também iam acontecendo. A análise das narrativas foi feita através de análise interpretativa-compreensiva (Ricoeur, 1996), em que busca estabelecer uma relação entre objetos e práticas numa perspectiva colaborativa de auto-revelação de cada autor ao relatar a sua experiência, mediante as implicações, aproximações e distanciamentos a si em relação a sua escrita narrativa (Souza, 2014).

O número de participantes contatados até então é de cento e três, e, considerando que aqueles responderão cada um a seu tempo, foram obtidas onze narrativas até o momento. Os participantes receberam o link de um formulário criado através do Google, com as seguintes questões: 1) Você fez a sua graduação em Psicologia em qual instituição de ensino superior?; 2) Você exerce a profissão de psicóloga/o? Se sim, há quanto tempo? E que tipo de atividades desenvolve?; 3) O que você entende por pessoa cissexual ou cisgênero?; 4) O que você entende por pessoa trans (travesti, transexual)?; 5) Você teve alguma dificuldade em responder as questões 3 e 4? Por quê?; 6) Durante a sua graduação em Psicologia você teve acesso a conteúdo e/ou práticas que envolvessem direta ou indiretamente a discussão sobre transexualidade e travestilidade? Explique; 7) Qual a importância da sua graduação em Psicologia para a discussão das questões trans?; 8) Em sua prática profissional você já se deparou com situações que envolvam transexuais e travestis?; 9) O que você pensa sobre a possibilidade de retirada do próximo CID -11 e do DSM-V as classificações de "transexualismo" e "disforia de gênero" -respectivamente- nos quais estão presentes as identidades trans como enfermidades mentais?; 10) Qual o papel da Psicologia em relação aos direitos LGBTQTTIQ+ no atual cenário brasileiro?; 11) Você teria mais algum comentário, dúvida ou sugestão a fazer sobre os assuntos tratados neste questionário? A seguir, apresentamos algumas narrativas que foram pinçadas para serem alinhavadas à análise teórica, a qual se encontra em andamento, assim como a referida pesquisa.

Tran(s)çando narrativas psis e formação em psicologia

Os participantes foram questionados sobre os conceitos de “cisgênero ou cissexual” e “transgênero ou transexual”, a maioria dos participantes respondeu essa questão pela via do senso comum, pois analisando as suas narrativas percebe-se que a diferença entre gênero e sexo não é clara além da compreensão de sexo e gênero por parte dos participantes é hegemônica, baseada no biológico, pois onde nem sempre a identidade de gênero está de acordo com o que foi designado ao nascimento (Bagagli 2016). Além disso, algumas narrativas deixaram explícito a falta de conhecimento em relação a esses conceitos, como o fragmento a seguir para a resposta do conceito de cisgênero: *“pessoa que se identifica por outro gênero mas continua se vestindo ou comportando do gênero que nasceu”*. Este conhecimento ainda não é claro para tais profissionais. Questionados sobre a dificuldade em responder essas questões, a maioria relatou que a dificuldade é resultado da falta de conhecimento a respeito do assunto e toda a sua vasta complexidade. Também foi analisado que alguns participantes relatam nunca ter entrado em contato para aprofundar o conhecimento sobre os termos, e nem saber sobre sua existência, como no caso do conceito de “cisgênero”, de acordo com a narrativa a seguir: *“ainda não tinha ouvido falar destes termos, o termo trans sim, já é algo mais comum, mas o cis não; tive que ler para entender sucintamente e poder responder”*.

Todos os participantes da pesquisa concordaram com a retirada da transexualidade do DSM-V e CID-11: *“Ao meu ver é a própria sociedade que enquadra e adoce os sujeitos com um diagnóstico como forma de controle dos corpos...; Penso que o “diferente” assusta, incomoda e coloca em xeque os próprios sentimentos, sexualidade e desejo daqueles que “precisam” controlar o outro”*. Além disso podemos analisar essa questão do diagnóstico, enquanto um insulto, ou segundo Ayouch (2016), um diagnóstico insulto, na medida em que confisca a voz da existência desses sujeitos produzindo saberes-verdades sobre seus corpos e desejos, o que Foucault também chamou de “poder disciplinar de normatização”, um poder que normatiza através do seu suposto saber.

Atualmente as pessoas trans* recebem o diagnóstico de disforia de gênero, remetendo a ideia de doença, principalmente se esse sujeito deseja passar pelo processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. No DSM-V (Manual de

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) a transexualidade encontra-se como disforia de gênero na categoria de disfunções sexuais. No CID-11 (Classificação Internacional de Doenças), a transexualidade será reclassificada para o capítulo relativo a saúde sexual, e não mais como transtorno mental⁵. Essa reclassificação é importante na medida em que tenciona um campo para reflexão de novas políticas públicas que não tenha um olhar patologizante dessas expressões de vida. Cada vez mais os movimentos para retirada dessas identidades dos manuais médicos e psis crescem, pois não há argumentos sustentáveis para a continuidade dessa classificação. Esse poder/saber baseado em uma ideia patológica antes de atuar enquanto terapêutico atua como regime, controlando e gerindo a sexualidade (Foucault 2006). Não se trata apenas de construir novos saberes, mas principalmente refletir acerca da hostilidade teórica e clínica que os saberes-verdades produzem na vida desses sujeitxs (Ayouch 2016).

Em relação ao papel da psicologia na garantia dos direitos LGBTTTQI (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers e pessoas intersex) , os participantes refletiram sobre a importância de informação e de espaços que promovam o conhecimento e também sobre a posição ético-política que o saber psicológico ocupa na sociedade: *“Penso que é muito importante assumir uma postura crítica e ética em relação aos direitos humanos na tentativa de garantir os direitos das pessoas LGBTTTI. Partindo principalmente das posturas, e notas técnicas do CFP, além de incluir de forma efetiva no currículo disciplinas voltadas para a questão...; Promover espaços de debate, que alcance o máximo possível de profissionais da área...além de lutar para que a bancada evangélica não se aproprie desses espaços como vem acontecendo. É lamentável ver profissionais que “pregam” sobre ideologia de gênero, não consigo aceitar que profissionais com essas posturas possam se dizer psicólogo(a)s.”* Foram ressaltadas também as responsabilidades com profissionais que saem da graduação e entram para a vida profissional com práticas que ferem os direitos humanos pela falta de conhecimentos e pela falta de disciplinas efetivas nas grades curriculares dos cursos de psicologia que abordem especificamente a diversidade de gênero e sexual.

Questionados sobre o acesso a informações sobre os respectivos temas durante a sua formação, a maioria dos participantes relatou que teve pouco acesso à informação em aula, e ainda foi citada a participação de grupos e coletivos sobre questões de gênero e sexualidade onde era possível aprofundamento desses assuntos: *“Durante a*

graduação apenas em pouquíssimos momentos... Não na grade curricular, não em cadeiras obrigatórias. Foi disponibilizado em rodas de conversas e grupos... Muito pouco. Sei que existia grupo de estudo nos temas.. mas, não tive a oportunidade de acompanhar devido ele demandar um tempo extra. Em aulas, tive acesso de forma bastante simplista e pouco aprofundada, em uma única disciplina”.

Em relação à importância da Psicologia, as narrativas reforçam a ideia de que a ciência psi precisa atuar com uma postura política com o seu saber, combatendo discursos de ódio que surgem a partir de estigmas que produzem pânico morais (Miskolci 2007) plantados na sociedade: *“A psicologia precisa assumir uma postura política e ética ao desconstruir discursos de ódio, e principalmente abrir cada vez mais, espaços pra discussão, no sentido de não patologizar as diversas identidades existentes, principalmente no âmbito educacional que infelizmente produz discursos de ódio e preconceito, com aqueles que não se “enquadram” nas normas sociais”.*

A psicologia tem a função de proporcionar espaços de escutas, visibilidades e principalmente acolhimentos dessas subjetividades dissidentes da norma. O papel de fala assumido por psicologxs na sociedade é de extrema importância e potência, por isso é preciso responsabilidade para a formação desses profissionais, armando-os com informações para que não seja prestado um desserviço à ciência psis, denunciando o maltrato muitas vezes institucional, teórico e clínico que pessoas trans* são alvo, abandonando o pensamento binário e nosográfico e pensando para além da psicopatologização, compreendendo essas singularidades como possibilidades de existência (Ayonch 2016).

Na última questão do questionário, xs participantes demonstraram interesse em obter mais conhecimento sobre esse tema, e ressaltaram a importância do acesso ao conhecimento acerca da diversidade sexual e de gênero em práticas profissionais: *“Estas abordagens deveriam ser frequentes e em relação a todos os cursos da Universidade, a Instituição necessita com urgência disso. É de grande importância profissionais Psi que saibam problematizar sem patologizar e que produzam brechas no sistema normativo de gênero, biocentrado”.* Também refletiram sobre a importância dessas discussões na formação, pois não é mais possível invisibilizar essas singularidades que existem e exigem ocupar outros espaços além das margens:

“Estamos vivendo um momento de grande retrocesso e as ditas minorias são alvo constante. Principalmente com relação a (des)patologização. Poder abrir portas para o esclarecimento e combate ao preconceito é indispensável”.

O posicionamento de Conselho Federal de Psicologia presente na resolução de 1999⁵ orienta os profissionais como atuarem quanto às orientações sexuais;

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade; Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas; Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados; Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (RESOLUÇÃO CFP N° 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999).

5 http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

E recentemente o CFP disponibilizou a resolução N.1 de 29 de janeiro de 2018⁶, que orienta para atuação em relação às pessoas transexuais e travestis, onde considera

as diversidades de gênero como possibilidades de existência humana. A resolução orienta os profissionais a eliminação da transfobia, além de reforçar a despatologização;

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis. Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero. Art. 8º - É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Essa resolução afeta diretamente a pesquisa na medida em que muitos psicólogos ainda não tem conhecimento da sua publicação, em contrapartida a maioria das narrativas estão de acordo com o que propõe a nova resolução, como no caso da não patologização dessas singularidades: *Estamos vivendo um momento de grande retrocesso e as ditas minorias são alvo constante. Principalmente com relação a (des) patologização. Poder abrir portas para o esclarecimento e combate ao preconceito é indispensável...; Um ganho incrível para o empoderamento e direitos humanos. Despatologizar a vida, as maneiras de ser”.*

As singularidades trans* devem ser compreendidas na sua multiplicidade, e que nenhuma sexualidade ou expressão de gênero deve atuar como polícia de outra (Peres & Toledo 2011,p.88), e cabe a psicologia enquanto uma categoria profissional, social e política combater essas formas de opressões . A Psicologia precisa ter um olhar para a diferença, uma clínica para a diferença, para as subjetividades que são múltiplas, caminhando pelos emaranhados de linhas tênues que nos separam dos paradigmas psicopatológicos descritivos.

A transexualidade está na dimensão dos corpos que se libertaram dos padrões que liquidificam, a formação psi precisa olhar para essas subjetividades propondo a

resistência ao olhar perpendicular do diagnóstico, o olhar da anamnese com suas linhas retas de causa e efeito, rompendo com a lógica de captura de um único fio narrativo, produzindo corpos estratificados, docilizados, estáveis, previsíveis. Numa esfera anatopolítica de controle do desejo (DINIS 2008, p.355).

⁶http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf

Considerações finais

A pesquisa indagou-se em que medida as narrativas de profissionais da Psicologia acerca de travestis e transexuais se relacionam com sua trajetória de formação no ensino superior? E também, como os modos de compreensão sobre as travestilidades e as transexualidade estão presentes na formação e na prática de profissionais da Psicologia? Analisando as narrativas que nutriram esta pesquisa com o auxílio do suporte teórico, percebe-se que a formação em Psicologia está deixando lacunas em relação a questões de gênero, e está formando profissionais inseguros e sem conhecimentos suficientes para trabalhar com a realidade das questões trans. A falta de disciplinas curriculares direcionada especificamente a diversidade sexual e de gênero nas grades curriculares de graduação em Psicologia comprova ainda mais a incapacidade da maioria dos profissionais, e de acordo com as narrativas, os momentos em que esse assunto foi ofertado em aula foram esporádicos. O interesse em procurar mais conhecimento também esteve presente nas narrativas, é notável a diferença que a participação em grupos de estudos, atividades extras, coletivos, etc, produzem, gerando profissionais com olhares diferenciados.

Todos os participantes tiveram dificuldades em conceituar essas questões sobre transgênero e travestis e também o conceito de cisgênero o que evidencia essas lacunas na formação a respeito da diversidade humana, impossibilitando a compreensão global dessas singularidades. Evidenciamos também pelas narrativas que a trajetória de formação no ensino superior influencia para uma fraca compreensão das temáticas trans*. Infelizmente o que se pode comprovar até o momento com essa pesquisa é que a formação está sendo frágil. Com base nos resultados obtidos até aqui, percebe-se que

as singularidades trans* nem sempre são olhadas com olhos sensíveis por esses profissionais, pois o universo trans* está na dimensão dos corpos que liquidificam-se e recriam a norma, em decorrência dos processos de formação falhos, podendo dessa forma ser reproduzido mais sofrimento para esses sujeitos. A Psicologia precisa ter seus olhares sensíveis, enquanto uma categoria profissional, social e política precisa combater todas as formas de opressões. As ciências psis devem atuar com uma postura política e ética com o seu saber, combatendo discursos de ódio que surgem a partir de estigmas sociais.

Ressaltamos a potência que o movimento da pesquisa produziu nesses profissionais que ao narrarem as suas experiências estavam produzindo mudanças, quebras de paradgmas, reflexões... Com todas as análises expostas a reflexão que deixamos é por que essas singularidades estão excluídas das formações e quais são as representações que ocupam esses espaços para promover e movimentar essas reflexões?

Referencias

- 1, AYOUCHE, T. Quem tem medo dos saberes T? Psicanálise, estudos transgêneros e Saberes situados. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17171/11326>
2. BAGAGLI, B. P.2016. A diferença trans no gênero para além da patologização.
- 3.BENEDETTI, M.2005.Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis. Garamond. Rio de Janeiro.
4. BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.: FURTADO. 2007. Silvia

Lane e o Projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018.

5. BUTLER, J. 2002. Criticamente subversiva. In: Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgressoras. Uma antologia de estudos queer*. Icária editorial. Barcelona. p.55 a 81.

6. BUTLER, J. 2012. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

7. COLING, L. Teoria queer-mais definições em trânsito (manuscrito).

8. DINIS, N. F. 2008 A esquizoanálise: um olhar obliquo sobre os corpos, gênero e sexualidade. Sociedade e Cultura.

9. GANSON, J. 2002. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Um extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades Transgressoras. Una antologia de estúdios queer*. Icária editorial. Barcelona.

10. GUARANHA, C. 2014. O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no Sistema Único de Saúde. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

11. JESUS, J. G. 2012. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília.

12. HALBERSTAM, J. J. 2012. Repensando o Sexo e o Gênero. In: MISKOLCI, R. PELÚCIO, L; (Orgs.). *Discursos for a da ordem: sexualidade, saberes e direitos*. Annablume. São Paulo. P.125-137.

13. LOURO, G. L. 2004. Um corpo estranho. Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer. Autêntica. Belo Horizonte.

14.LOURO, G L. 2000. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Autêntica. Belo Horizonte.

15.MISKOLCI, R. 2007 Pânicos morias e controle social- reflexões sobre o casamento gay.

16.MISKOLCI, R.. 2012. Origens Históricas da Teoria Queer. Autêntica. Belo Horizonte.

17.PERES, W. S. TOLEDO, L. G. 2011.Travestis, transexuais e transgeneros: novas imagens e expressões da subjetividade. In: Psicologia e Diversidade sexual. Cadernos Temáticos- CRP-SP.

18.SANCHES,J. C. 2010. Corpos performativos: Os entre-lugares e as zonas Queers em Lady Gaga. VII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero.

19. SILVA, M. J. R. 2015. Corpo, Subjetividade e experiência-limite: considerações sobre o sujeito e corpo no pensamento foucaultiano. Ribeirão Preto

